

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

Aos 6 dias do mês de outubro de 2022, pelas 13 horas e 37 minutos, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 17 e 18, de 21 e 28 de setembro de 2022;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas:**
 - **[Projeto de Lei n.º 253/XV/1.ª \(CH\)](#) - «Determina que a profissão de motorista de veículos pesados de mercadorias e de passageiros seja considerada de desgaste rápido»;**

Relatora: Deputada Ana Isabel Santos (PS)

- **[Projeto de Lei n.º 279/XV/1.ª \(PSD\)](#) - «Alargamento da rede de lugares de creche e gratuidade da frequência das creches»;**

Relatora: Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS)

- **[Projeto de Lei n.º 287/XV/1.ª \(PAN\)](#) - «Alarga a gratuidade da frequência de creche às crianças que ingressem em estabelecimento de natureza privada em virtude de ausência de oferta pública ou protocolada, alterando a Lei n.º 2/2022, de 3 de janeiro»**

Relatora: Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS)

- **[Projeto de Lei n.º 296/XV/1.ª \(BE\)](#) - «Alarga os acordos de cooperação para o desenvolvimento de respostas sociais na valência de creche a entidades públicas»;**

Relatora: Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS)

- **[Projeto de Lei n.º 281/XV/1.ª \(IL\)](#) - «Assegura a concretização de progressiva universalidade no acesso às creches, alargando a gratuidade das creches ao sector privado (Alteração à Lei n.º 2/2022, de 3 de janeiro)»;**

Relatora: Deputada Clara Marques Mendes (PSD)

- **[Projeto de Lei n.º 294/XV/1.ª \(L\)](#) - «Estabelece o dever de o Governo proceder ao levantamento e divulgação de dados referentes a creches e estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade»;**

Relator: Deputado José Moura Soeiro (BE)

- **[Projeto de Lei n.º 293/XV/1.ª \(L\)](#) - «Alargamento de atribuições da autoridade para as condições do trabalho (alteração ao Decreto Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho)»;**

Relator: Deputado Jorge Galveias (CH)

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

- [Projeto de Lei n.º 295/XV/1.ª \(PAN\)](#) - «Aumenta as garantias dos beneficiários de prestações de desemprego no âmbito das regras referentes à formação profissional, alterando o Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro»;

Relator: Deputado Alfredo Maia (PCP)

- [Projeto de Lei n.º 304/XV/1.ª \(BE\)](#) - «Altera o Regime Jurídico Aplicável à Contratação a Termo procedendo à 21.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro»;

Relator: Deputado Rui Rocha (IL)

4. Discussão dos seguintes projetos de resolução:

- [Projeto de Resolução n.º 186/XV/1.ª \(BE\)](#) - «Contabilização dos anos de 2013 a 2016 para efeitos de progressão na carreira aos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos»;
- [Projeto de Resolução n.º 187/XV/1.ª \(BE\)](#) - «Reconhecimento e regulamentação da profissão de informação turística»;

5. Deliberação sobre a admissão das seguintes petições:

- [Petição n.º 51/XV/1.ª](#) — «Pelo pagamento das despesas mensais do Teletrabalho», da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão e outros (6 assinaturas);
- [Petição n.º 53/XV/1.ª](#) — «Por uma distribuição mais justa e eficaz dos rendimentos», da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão e outros (4 assinaturas);
- [Petição n.º 54/XV/1.ª](#) — «Pela regulamentação da profissão de assistente dentário, o seu reconhecimento como profissão de saúde e do curso de assistente dentário como licenciatura», da iniciativa de Andreia Alexandra Duarte Correas e outros (794 assinaturas);
- [Petição n.º 55/XV/1.ª](#) — «Pela inclusão como faltas justificadas as motivadas por morte de amigos e morte ou doença de animais de estimação», da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão e outros (52 assinaturas);
- [Petição n.º 56/XV/1.ª](#) — «Criação do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual», da iniciativa da HUMANITAS - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental e outros (10.248 assinaturas);
- [Petição n.º 58/XV/1.ª](#) — «Pela reposição do poder de compra de todas as pensões», da iniciativa de Maria Isabel dos Santos Gomes e outros (192 assinaturas);

6. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- Requerimento do Grupo Parlamentar do CH para audição da **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**, da **Comissão para a Diversificação das Fontes de Financiamento e Sustentabilidade da Segurança Social**, e dos **técnicos que realizaram os cálculos sobre o impacto do aumento das pensões**;

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

- **Requerimento do Grupo Parlamentar do BE para audição do Diretor-Geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para prestar informações sobre o impacto real da inflação na sustentabilidade da Segurança Social;**
 - **Requerimento do Grupo Parlamentar do BE para audição do Secretário de Estado da Segurança Social, da Secretária de Estado da Inclusão e da Associação dos Profissionais do Regime de Amas (APRA) sobre a regulação das regras para assegurar a gratuidade da alimentação às crianças em amas integradas no Instituto da Segurança Social, I.P.;**
7. Outros assuntos.

Aberta a [reunião](#), a Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou e deu as boas-vindas a todos os presentes, entrando-se de imediato na apreciação da Ordem do Dia.

1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 17 e 18, de 21 e 28 de setembro de 2022;

As atas identificadas em epígrafe foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do BE e da IL, com a introdução de uma alteração na ata da reunião n.º 17, sugerida pelo GP do PS, relativa à intervenção do Deputado Francisco César na discussão sobre um requerimento apresentado pela IL, nos seguintes termos:

Onde se lê: «Isto posto, aduziu que se tratava de uma decisão penosa para o Governo, e que tinha de ser tomada com dificuldade, adiantando que não a tomariam se não pudesse estar em causa a sustentabilidade do sistema (...).»

Dever passar a ler-se: «Isto posto, aduziu que o aumento das pensões em discussão se tratava de uma decisão penosa para o Governo, e que tinha de ser tomada com dificuldade, adiantando que não a tomariam se não pudesse estar em causa a sustentabilidade do sistema (...).»

A pedido do PCP, os trabalhos avançaram para o ponto três da ordem do dia:

3. Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas:
 - [Projeto de Lei n.º 295/XV/1.ª \(PAN\)](#) — Aumenta as garantias dos beneficiários de prestações de desemprego no âmbito das regras referentes à formação profissional, alterando o Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro;

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

Em substituição do Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP), a Senhora Deputada Paula Santos (PCP) apresentou o [parecer](#) sobre o projeto de lei *supra* mencionado, referindo-se ao seu objeto e principais aspetos, e concluindo pela verificação dos requisitos formais necessários à sua discussão em plenário. Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do BE.

De seguida, a ordem do dia foi retomada, nos seguintes termos:

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

Neste ponto, a Senhora Presidente anunciou as iniciativas que baixaram à Comissão e, nos casos previstos, foram designados relatores, conforme tabelas *infra*:

PROJETOS DE LEI

N.º (AUTOR)	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
PJL n.º 281/XV/1.ª (IL)	Assegura a concretização de progressiva universalidade no acesso às creches, alargando a gratuidade das creches ao sector privado (Alteração à Lei n.º 2/2022, de 3 de janeiro)	Deputada Clara Marques Mendes (PS), designada a 27-09-2022
PJL n.º 294/XV/1.ª (L)	Estabelece o dever de o Governo proceder ao levantamento e divulgação de dados referentes a creches e estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade (Conexão com a 8.ª Comissão)	Deputado José Moura Soeiro (BE), designado a 26-09-2022
PJL n.º 296/XV/1.ª (BE)	Alarga os acordos de cooperação para o desenvolvimento de respostas sociais na valência de creche a entidades públicas	Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS), designada a 26-09-2022
PJL n.º 311/XV/1.ª (PCP)	Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro	GP do PSD indica posteriormente
PJL n.º 312/XV/1.ª (PCP)	Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho	Deputada Marta Freitas (PS), designada a 06-10-2022

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

PJL n.º 313/XV/1.ª (PCP)	Recálculo das prestações suplementares para assistência a terceira pessoa atribuídas aos sinistrados do trabalho ao abrigo da Lei n.º 2127/65, de 3 agosto	Deputada Marta Freitas (PS), designada a 06-10-2022
PJL n.º 316/XV/1.ª (CH)	Altera o Decreto-Lei n.º 57-C/2022, de 6 de setembro, alargando o complemento excecional a pensionistas não residentes em território nacional e aos reformados inseridos em fundos de pensões privados	Deputado Jorge Gabriel Martins (PS), designado a 06- 10-2022
PJL n.º 317/XV/1.ª (PCP)	Altera as regras de funcionamento e acesso ao Fundo de Garantia Salarial e reforça os direitos dos trabalhadores procedendo à segunda alteração ao Decreto-lei n.º 59/2015, de 21 de abril	GP do PSD indica posteriormente
PJL n.º 323/XV/1.ª (CH)	Altera o Código de Trabalho no sentido de conferir uma maior autonomia aos trabalhadores em casos de transmissão de estabelecimento	Deputado Fernando José (PS), designado a 06-10-2022
PJL n.º 315/XV/1.ª (CH)	Prorrogação da medida extraordinária de apoio de € 125,00 a titulares de rendimentos e prestações sociais por um período de seis meses	Deputado Jorge Gabriel Martins (PS), designado a 06- 10-2022

Projetos de Resolução

N.º (AUTOR)	ASSUNTO	Indicação de discussão em Comissão ou em Plenário
PJR n.º 262/XV/1.ª (PCP)	Pelo reforço da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio aos Idosos e valorização das Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos	Discussão em Comissão

3. Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas:

- [Projeto de Lei n.º 253/XV/1.ª \(CH\)](#) — Determina que a profissão de motorista de veículos pesados de mercadorias e de passageiros seja considerada de desgaste rápido

A Senhora Deputada Ana Isabel Santos (PS) apresentou o [parecer](#) relativo ao projeto de lei acima identificado, da sua autoria, dando nota do respetivo objeto e motivações, bem como das iniciativas legislativas e petições, sobre temática idêntica ou semelhante, que se encontravam pendentes. Fez ainda referência à sugestão de aperfeiçoamento formal, segundo as regras de legística, que constava da Nota Técnica, e terminou declarando que se encontravam reunidos os requisitos constitucionais e regimentais para que a iniciativa fosse apreciada em plenário. O Senhor Deputado Jorge Galveias

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

(CH) usou da palavra para cumprimentar a relatora pelo parecer. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e do BE.

- [Projeto de Lei n.º 279/XV/1.ª \(PSD\)](#) — Alargamento da rede de lugares de creche e gratuidade da frequência das creches
- [Projeto de Lei n.º 287/XV/1.ª \(PAN\)](#) — Alarga a gratuidade da frequência de creche às crianças que ingressem em estabelecimento de natureza privada em virtude de ausência de oferta pública ou protocolada, alterando a Lei n.º 2/2022, de 3 de janeiro
- [Projeto de Lei n.º 296/XV/1.ª \(BE\)](#) — Alarga os acordos de cooperação para o desenvolvimento de respostas sociais na valência de creche a entidades públicas

A Senhora Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS) apresentou, de forma sucessiva, os pareceres sobre os projetos de lei em epígrafe, aludindo, em relação a cada uma das iniciativas, ao seu conteúdo e principais aspetos e remetendo para as respetivas Notas Técnicas quanto ao enquadramento jurídico nacional e internacional, bem como quanto aos projetos de lei com objeto idêntico que se encontravam pendentes, notando que, sobre esses, tal como sobre os projetos de lei sobre quais estava a apresentar parecer, a discussão na generalidade se encontrava agendada para o dia seguinte. Em relação a todas as iniciativas, disse considerar que estavam reunidos os requisitos legais e constitucionais para que se desse a respetiva discussão em plenário, sede para a qual reservaria a emissão da sua opinião enquanto relatora. A Senhora Presidente colocou à votação, de forma individual, cada um dos pareceres, tendo sido todos aprovados por unanimidade, na ausência do GP do PCP e do BE.

- [Projeto de Lei n.º 281/XV/1.ª \(IL\)](#) — Assegura a concretização de progressiva universalidade no acesso às creches, alargando a gratuidade das creches ao sector privado (Alteração à Lei n.º 2/2022, de 3 de janeiro)

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) apresentou o [parecer](#), da sua autoria, sobre o projeto de lei acima identificado, referindo-se, de forma sucinta, ao seu objeto e motivações, e dando por reproduzida a respetiva Nota Técnica quanto ao enquadramento jurídico nacional e internacional, bem como às iniciativas legislativas pendentes sobre a mesma matéria. Terminou declarando que se encontravam verificados os requisitos necessários para apreciação do projeto de lei em plenário. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do GP do PCP e do BE.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

- [Projeto de Lei n.º 293/XV/1.ª \(L\)](#) — Alargamento de atribuições da autoridade para as condições do trabalho (alteração ao Decreto Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho)

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) apresentou o seu [parecer](#) sobre o projeto de lei em epígrafe, referindo todas a partes do documento. Nas conclusões, mencionou as dúvidas suscitadas na Nota Técnica relativamente ao cumprimento do princípio constitucional da separação de poderes, considerando que eventuais implicações podiam ser sanadas em sede de especialidade, pelo que em nada obstavam a que a iniciativa pudesse seguir os trâmites habituais e ser discutida em plenário. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado na ausência do GP do PCP.

- [Projeto de Lei n.º 294/XV/1.ª \(L\)](#) — Estabelece o dever de o Governo proceder ao levantamento e divulgação de dados referentes a creches e estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) apresentou o [parecer](#) relativo a iniciativa legislativa acima identificada, referindo-se de forma sucinta ao seu objeto e salientado a sugestões de aperfeiçoamento formal constantes na respetiva Nota Técnica. Declarando que remetia para plenário a sua opinião enquanto relator, disse considerar estarem reunidos os requisitos constitucionais e regimentais necessários à apreciação do projeto de lei na generalidade. Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do GP do PCP.

- [Projeto de Lei n.º 304/XV/1.ª \(BE\)](#) — Altera o Regime Jurídico Aplicável à Contratação a Termo procedendo à 21.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro;

O Senhor Deputado Rui Rocha (IL) apresentou o seu [parecer](#) sobre o projeto de lei *supra* referido, dando nota das alterações legislativas propostas pela iniciativa e remetendo, no mais, para a respetiva nota técnica. Salientou que, apesar de ainda não ter decorrido o prazo para apreciação pública, que terminaria no dia 23 de outubro, a discussão da mesma, na generalidade, se encontrava agendada para o dia seguinte, dia 7 de outubro. Concluiu afirmando que se encontravam reunidas as condições necessárias à apreciação do projeto de lei em plenário. O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) usou da palavra para informar que o respetivo GP, aquando da discussão em plenário, iria apresentar um requerimento de baixa à Comissão sem votação, considerando que o prazo para apreciação pública ainda não tinha terminado. Disse ainda considerar que o projeto de lei devia ser apreciado no âmbito do [Grupo de](#)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

[Trabalho - Alterações à Legislação Laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno](#). No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do GP do PCP.

4. Discussão dos seguintes projetos de resolução:

- [Projeto de Resolução n.º 186/XV/1.ª \(BE\)](#) — Contabilização dos anos de 2013 a 2016 para efeitos de progressão na carreira aos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos;

A pedido do GP do CH, a discussão do projeto de resolução em epígrafe foi adiada para a reunião seguinte.

- [Projeto de Resolução n.º 187/XV/1.ª \(BE\)](#) — Reconhecimento e regulamentação da profissão de informação turística;

O debate sobre o projeto de resolução *supra* identificado ocorreu nos termos da [informação sobre a discussão em Comissão](#), constante da página da iniciativa no *site* do Parlamento, e que aqui se dá por inteiramente reproduzida.

5. Deliberação sobre a admissão das seguintes petições:

- [Petição n.º 51/XV/1.ª](#) — Pelo pagamento das despesas mensais do Teletrabalho, da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão e outros (6 assinaturas);

A petição em epígrafe foi admitida por unanimidade, na ausência dos GP da IL e do PCP, concluindo-se a intervenção da Comissão com a aprovação da respetiva nota de admissibilidade, nos termos do n.º 13 do artigo 17.º da Lei do Exercício do Direito de Petição.

- [Petição n.º 53/XV/1.ª](#) — Por uma distribuição mais justa e eficaz dos rendimentos, da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão e outros (4 assinaturas);

A petição em epígrafe foi admitida por unanimidade, na ausência dos GP da IL e do PCP, concluindo-se a intervenção da Comissão com a aprovação da respetiva nota de admissibilidade, nos termos do n.º 13 do artigo 17.º da Lei do Exercício do Direito de Petição.

- [Petição n.º 54/XV/1.ª](#) — Pela regulamentação da profissão de assistente dentário, o seu reconhecimento como profissão de saúde e do curso de assistente dentário como licenciatura, da iniciativa de Andreia Alexandra Duarte Coroas e outros (794 assinaturas);



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

A petição em epígrafe foi admitida por unanimidade, na ausência dos GP da IL e do PCP, tendo sido designada relatora a Senhora Deputada Ana Isabel Santos (PS).

- [Petição n.º 55/XV/1.ª](#) — Pela inclusão como faltas justificadas as motivadas por morte de amigos e morte ou doença de animais de estimação, da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão e outros (52 assinaturas);

A petição em epígrafe foi admitida por unanimidade, na ausência dos GP da IL e do PCP, concluindo-se a intervenção da Comissão com a aprovação da respetiva nota de admissibilidade, nos termos do n.º 13 do artigo 17.º da Lei do Exercício do Direito de Petição.

- [Petição n.º 56/XV/1.ª](#) — Criação do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual, da iniciativa da HUMANITAS - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental e outros (10.248 assinaturas);

A petição em epígrafe foi admitida por unanimidade, na ausência dos GP da IL e do PCP, tendo sido designada relatora a Senhora Deputada Carla Madureira (PSD).

- [Petição n.º 58/XV/1.ª](#) — Pela reposição do poder de compra de todas as pensões, da iniciativa de Maria Isabel dos Santos Gomes e outros (192 assinaturas);

A petição em epígrafe foi admitida por unanimidade, na ausência dos GP da IL e do PCP, tendo sido designado relator o Senhor Deputado Sérgio Monte (PS).

6. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- Requerimento do Grupo Parlamentar do CH para audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Comissão para a Diversificação das Fontes de Financiamento e Sustentabilidade da Segurança Social, e dos técnicos que realizaram os cálculos sobre o impacto do aumento das pensões;

- Requerimento do Grupo Parlamentar do BE para audição do Diretor-Geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para prestar informações sobre o impacto real da inflação na sustentabilidade da Segurança Social;

O GP do PS requereu, potestativamente, o adiamento para a reunião seguinte da discussão e votação dos requerimentos acima mencionados.

- Requerimento do Grupo Parlamentar do BE para audição do Secretário de Estado da Segurança Social, da Secretária de Estado da Inclusão e da Associação dos Profissionais



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

do Regime de Amas (APRA) sobre a regulação das regras para assegurar a gratuidade da alimentação às crianças em amas integradas no Instituto da Segurança Social, I.P.;

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) apresentou o [requerimento](#), destacando o papel das amas enquanto resposta pública às necessidades das famílias, especialmente em territórios onde a oferta de creches é pouca ou inexistente. Conforme explanado no requerimento, expressou a preocupação do GP do BE com o valor de subsídio atribuído mensalmente às amas, por cada criança, para garantir a sua alimentação, afirmando que o mesmo é insuficiente para assegurar a qualidade das refeições. Manifestou igualmente perplexidade quanto ao despacho da tutela que estabelece que «a aquisição e confeção da alimentação das crianças tem de ocorrer nos momentos em que as amas não se encontrem a prestar cuidados diretos às crianças», por considerar que se está a ser imputada uma função às amas fora do seu horário de trabalho. Terminou declarando que as amas se sentiam escravizadas e sem condições para garantir a alimentação das crianças e salientando a importância de ouvir estas profissionais, bem como a tutela, sobre aquela matéria.

A Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) disse que o GP do PS não se opunha a realização da audição, logo que se mantivesse a regra já aplicada em audições anteriores de ouvir os membros dos Governo posteriormente às entidades interessadas, neste caso as amas. Disse ainda que, a ser aprovada, a audição podia decorrer no mesmo dia da audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a requerimento do GP da IL, já aprovada e pendente de agendamento, dado que versava sobre a temática da gratuidade das creches.

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) manifestou as dúvidas que o seu GP tinha sobre o despacho do Governo, considerando importante ouvir as profissionais, bem como a tutela. Disse ainda que o valor atribuído mensalmente às amas para garantir a alimentação das crianças era manifestamente insuficiente e desajustado da realidade atual.

O Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) anunciou que o seu GP acompanharia o requerimento apresentado pelo GP do BE, frisando a importância do problema nos territórios de baixa densidade.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

Para encerrar o debate, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) usou novamente da palavra e referiu que nada tinha a opor à sugestão formulada pelo GP do PS quanto à organização das audições.

No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência dos GP da IL e do PCP.

7. Outros assuntos.

No ponto reservado a outros assuntos, a Senhora Presidente informou que a hora de início da reunião da Comissão da semana seguinte ficava dependente da confirmação da disponibilidade das entidades cujas audições se encontravam pendentes de agendamento.

A reunião foi encerrada às 14 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de outubro 2022.

A PRESIDENTE

(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Sérgio Monte (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Rui Rocha (IL)
José Moura Soeiro (BE)
Ana Isabel Santos (PS)
Francisco César (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Carla Madureira (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Paula Santos (PCP)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Alfredo Maia (PCP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
